



Nº 03 ABRIL-MAIO/2019

DESTAQUES

FAO pede fortalecimento de parcerias para o desenvolvimento sustentável na área alimentar

FAO entende que agricultores são centrais nesta decisão

A Agência das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) pediu que os países adotem medidas para atrair mais investimentos privados a fim de superar o déficit de financiamento na promoção do desenvolvimento sustentável. Em participação na feira de cooperação internacional EXCO2019, realizada em Roma, a FAO defendeu o fortalecimento de parcerias público-privadas para acabar com a fome.

Segundo o diretor-geral adjunto da FAO, Daniel Gustafson, as oportunidades de negócios no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à alimentação podem ter um valor de 2,3 bilhões de dólares para o setor privado até 2030.

Na visão da FAO, o incentivo ao investimento privado e às parcerias entre empresas e governos vai ao encontro do ODS 17, que pede alianças globais mais fortes entre Estados, sociedade civil, comunidade internacional e corporações.

“Há mais de 570 milhões de propriedades agrícolas no mundo, das quais mais de 90% são administradas por um indivíduo ou uma família e dependem principalmente da mão de obra familiar.”, citou Gustafson.

Esta estratégia estaria coligada com o objetivo 3 (assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades) dos ODS, que recomenda o fortalecimento da implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países.

A FAO apoia a criação de ambientes propícios para fomentar os investimentos alinhados aos ODS, por meio dos Princípios para o investimento responsável em agricultura e nos sistemas alimentares. Essas diretrizes visam garantir que os recursos injetados na produção de comida beneficiem os direitos dos trabalhadores e a segurança alimentar.

Nos últimos oito anos, a FAO se associou a mais de 150 de atores do setor privado. Desde 2013, seguindo mandato da Conferência Rio+20, as Nações Unidas vêm

discutindo um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Eles devem orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Fonte: Nações Unidas – Edição: SE-Conicq

https://nacoesunidas.org/fao-pede-fortalecimento-de-parcerias-publico-privadas-para-acabar-com-a-fome/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+ONU+Br+%28ONU+Brasil%29

Redução difícil de engolir

José Gomes Temporão e Luiz Antonio Santini

José Gomes Temporão e Luiz Antônio Santini, ex-Diretores-Gerais do Instituto Nacional de Câncer, imprimiram, em suas gestões, avanços importantes na consolidação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil. Temporão (2003-2005) nos embates antes da ratificação durante as Audiências Públicas promovidas nos Estados Produtores, e Santini (2005-2015) nos avanços nas políticas de regulação a partir das Resoluções nas Conferências das Partes, e na estruturação e fortalecimento da Secretaria-Executiva da Conicq.

O país foi surpreendido com a criação recente, pelo Ministério da Justiça, de um grupo de trabalho com o objetivo de avaliar a redução de tributação de cigarros, como estratégia para diminuir o consumo de cigarros estrangeiros de baixa qualidade, o contrabando e os riscos à saúde dele decorrentes.

A verdade é que, caso essa “estratégia” seja seguida, o país certamente vai amargar um grande prejuízo tanto para a saúde pública como para a economia.

Ao contrário disso, há evidências de que tem sido justamente o aumento de impostos e de preços de cigarro a medida mais efetiva para reduzir a iniciação de jovens no tabagismo. O tabagismo é uma doença pediátrica, pois 80% dos fumantes se iniciam no hábito antes dos 18 anos de idade e a facilidade de acesso devido aos baixos preços dos cigarros exerce papel central nesse triste quadro estatístico.

Por isso a Convenção-Quadro da OMS para Controle do Tabaco, que o Brasil ratificou em 2005, incluiu o aumento de impostos sobre cigarros em seu artigo 6º como uma de suas estratégias. E a política de controle do tabaco no Brasil comprovou a eficácia dessa medida. A prevalência de fumantes no país caiu de 35% para 10%, no período entre 1989 e 2017.

Um efeito que se traduziu na queda da mortalidade por câncer de pulmão e por outras doenças graves como enfisema e doenças cardiovasculares. Estudos apontam que 50% da redução no tabagismo foram atribuídos aos reajustes aplicados ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre cigarros e a uma política de preços mínimos adotada a partir de 2012 pela Receita Federal. Ao contrário da apocalíptica perda de arrecadação prenunciada pela indústria, os dados da Receita registraram importante

aumento da arrecadação de impostos federais sobre cigarros, que passaram de pouco mais de 4 bilhões em 2007 para cerca de 7 bilhões em 2017.

Aliás, a redução de impostos como forma de reduzir o contrabando de cigarros já foi adotada no final dos anos 90 e não funcionou. Pelo contrário, resultou em uma expressiva queda na arrecadação, e foi completamente inócua na solução do problema do contrabando, que de lá para cá só aumentou.

Sem dúvida, o mercado ilegal de produtos de tabaco é reconhecido globalmente como uma ameaça aos objetivos da Convenção. Não porque os cigarros ilegais sejam de pior qualidade, até porque qualidade é um atributo que não se aplica em matéria de cigarros, já que todos são nocivos, mas porque os baixos preços dos cigarros ilegais tendem a neutralizar os efeitos positivos do aumento de impostos e preços sobre cigarros vendidos legalmente.

Por isso, a Convenção da OMS, criou um Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco e o Brasil aderiu a esse Protocolo que foi ratificado pelo Congresso Nacional em 2017 e promulgado pelo presidente da República em 2018. Até agora 51 países já aderiram a esse Protocolo e outros estão em procedimento de adesão, como o Paraguai, o que para o Brasil é fundamental, já que esse país é a principal origem dos cigarros contrabandeados para o território nacional.

O mercado legal de produtos de tabaco gera para o Brasil um custo anual de cerca de 57 bilhões de reais, devido aos gastos do sistema de saúde com tratamento de doenças causadas pelo tabagismo e perda de produtividade, segundo estudo do Instituto Nacional de Câncer, frente a uma arrecadação anual com impostos federais e estaduais que não chega a R\$ 13 bilhões ao ano. Esse prejuízo torna-se ainda maior considerando a perda de arrecadação de cerca de R\$ 6 bilhões ao ano, devido ao contrabando de cigarros, segundo dados do Sindicato de Indústria do Tabaco.

O Brasil tem investido em ações de repressão ao contrabando de cigarros e ao crime organizado que movimenta esse mercado ilícito. Certamente os resultados desse esforço podem ser muito mais efetivos se respaldados pelas ações de cooperação internacional, de inteligência e de harmonização da legislação sobre o tema.

A resposta correta portanto é a implementação do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilegal da OMS, e não a redução de impostos, que já se mostrou inócua para a finalidade proposta e que traz um benefício para a versão legal do produto, que por si só já causa enormes prejuízos a todos os brasileiros.

** José Gomes Temporão é ex-ministro da Saúde e pesquisador associado do CEE-Fiocruz; Luiz Antonio Santini é membro titular da Academia Nacional de Medicina e ex-diretor do Instituto Nacional de Câncer (Inca) e do Centro Colaborador da OMS para o Controle do Tabaco*

Fonte: ACTBr

<http://actbr.org.br/post/reducao-dificil-de-engolir/17889/>

BRASIL

Comitê do Ministério da Justiça para avaliar tributo do cigarro terá SE-Conicq representando saúde

Secretaria da Conicq defende o funcionamento do Protocolo do tabaco Ilícito

O Grupo de Trabalho criado pelo Ministério da Justiça – Portaria nº 263/19 – para avaliar “a conveniência e oportunidade da redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil” terá como representante da saúde, na função de convidado, a Secretaria-Executiva da Conicq, Tânia Cavalcante, como titular e André Szklo, suplente, ambos do Instituto Nacional de Câncer. A outra vaga é Ministério da Economia.

A indicação de Tânia Cavalcante foi aprovada durante reunião com o Ministro da Saúde, Luiz Mandetta, ocorrida em fins de abril. Mandetta tem se mostrado reticente à redução dos tributos, tendo declarado na ocasião que a “ideia era potencialmente ruim”.

Segundo a Portaria, o Grupo de Trabalho se restringirá a debater e propor soluções específicas sobre política fiscal, tributação e medidas para redução do cigarro contrabandeado, e poderá convidar pesquisadores e especialistas para “participarem ou assessorem o grupo”.

Para a Secretaria-Executiva da Conicq, Tânia Cavalcante, a providência correta seria a aplicação do protocolo de cooperação internacional, ratificado pelo Congresso Nacional, para combater o contrabando de cigarros, e promulgado pelo presidente, que estabeleceu seus órgãos integrantes ano passado, e que está aguardando a Casa Civil para começar a funcionar.

Cavalcante observa que o momento é ideal para colocar em prática medidas necessárias para coibir o comércio ilegal. O Paraguai, que por anos não mostrou interesse em participar de ações conjuntas, atualmente se mostra empenhado em combater o mercado ilegal de cigarros e já iniciou a tramitação para ratificação desse protocolo no seu parlamento. A mudança se dá sobretudo numa reação ao aumento da participação de facções criminosas na atividade naquele país. O mesmo ocorre no Brasil.

Fonte: SE-Conicq

http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68561661/do1-2019-03-26-portaria-n-263-de-23-de-marco-de-2019-68561465

Senadora Leila explica relatório que não implementa integralmente artigos da CQCT

Relatora do PLS 769/2015, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a senadora Leila Barros (PSB-DF) justificou em Plenário alterações em relação ao texto original do Senador José Serra, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A Proposição veda a propaganda de cigarros e o uso de aditivos que confirmam sabor e

aroma a estes produtos, e estabelece embalagens padronizadas para produtos de tabaco.

A parlamentar disse ser contrária às embalagens padronizadas para todos os cigarros, por atentar contra a Constituição, que protege a propriedade das marcas, nomes de empresas e outros signos distintivos. Ela propõe que sejam liberados 35% da face frontal e 35% da face superior das embalagens para exposição das marcas, mantendo-se as restrições de conteúdo.

Hoje, as embalagens padronizadas foram aprovadas por 14 países (Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, França, Irlanda, Noruega, Hungria, Eslovênia, Turquia, Uruguai, Tailândia, Arábia Saudita e Israel), e são consideradas uma das formas de publicidade do produto, conforme artigo 13 da Convenção-Quadro.

A Senadora se mostrou favorável à proibição de venda de cigarro em máquinas automáticas, mas contrária à proposta de impedir que esse produto fique exposto nos locais de venda.

Ela explicou que a ocultação do cigarro nos locais de venda, além de dificultar a vida dos comerciantes, pode desestimular quem quer vender um produto lícito, fazendo com que os oriundos do contrabando e da fabricação ilegal ganhem força no mercado.

“Propomos que os cigarros fiquem acondicionados em expositores e mostruários exclusivos, contendo advertências sobre os riscos decorrentes do uso do tabaco, bem como mensagem de proibição para menores de 18 anos. Vedamos ainda o uso de dispositivos ou recursos visuais, gráficos, sonoros, sensoriais, de movimento ou não, de iluminação no interior ou fora do expositor ou do mostruário, que confira destaque aos produtos fumígenos ou a uma marca específica”, explicou.

Fonte: Senado – Edição: SE-Conicq

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/07/leila-barros-explica-relatorio-sobre-projeto-antitabagismo>

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Entidade que analisa tributos globais acusa BAT de manobrar contabilidade em países para transferir lucros para a sede

No Brasil, país citado no relatório, AGU cobra da Indústria do Tabaco ressarcimento de gastos na saúde

A *British American Tobacco* (BAT), controladora da Souza Cruz, foi acusada de privar os países em desenvolvimento de milhões de dólares em impostos usando “manobras financeiras” para transferir lucros para a sede no Reino Unido.

A *Tax Justice Network* (TJN), organização que monitora os tributos globais, estimou que a BAT, com sede em Londres, manobrou para não pagar US\$ 700 milhões até 2030 em países como Brasil, Bangladesh, Indonésia, Quênia, Guiana e Trinidad e Tobago.

Desde 2016, a BAT, acionista majoritária da Souza Cruz, não atua mais na bolsa de valores após adquirir todas as ações em circulação, fechando o capital da fabricante brasileira.

A TJN disse que em 2016 a BAT conseguiu transferir US\$ 941 milhões, cerca de 12% do lucro de empresas estrangeiras para sua subsidiária britânica, a BAT Holdings.

Informou ainda que reduziu a carga de impostos da companhia, em parte porque o imposto de corporação britânica é estimado em 19%, menor do que muitos dos países nos quais a BAT vende cigarros.

Em relatório intitulado “Ashes to Ashes”, a TJN disse que as práticas da BAT “fogem das alegações das empresas de tabaco de serem fornecedores essenciais de impostos para países de baixa e média renda, onde 80% dos 1.1 bilhões de fumantes vivem no mundo”.

O diretor executivo da TJN, Alex Cobham, disse que os “cigarros não apenas impõem enormes custos humanos, mas aqueles que lucram com eles estão privando ativamente os países de baixa renda do financiamento público que precisam para fornecer serviços de saúde às pessoas”, e “no mínimo, os governos devem exigir que as empresas de tabaco publiquem relatórios nesses países para garantir que os lucros sejam tributados nas comunidades em que foram criados, e não nos paraísos fiscais para os quais foram desviados.”.

Entre os métodos utilizados pela BAT, o de acordos em que uma empresa estrangeira paga royalties ao Reino Unido, e cobra taxas de juros de subsidiárias estrangeiras sobre empréstimos, alguns encaminhados por áreas de baixa tributação, como a Holanda.

Um porta-voz da BAT disse que “não aceita que haja qualquer evasão ou perda de impostos para os países envolvidos da maneira apresentada pelo relatório”, e alegou que “o grupo cumpre integralmente toda a legislação tributária aplicável onde realiza negócios, opera as transações que ocorrem entre empresas do grupo com base no mercado (a taxas de mercado) e é um contribuinte significativo de impostos para governos em todo o mundo.

Paralelamente à denúncia da TJN, o Brasil, através da Advocacia-Geral da União (AGU) pediu à Justiça Federal que condene as fabricantes de cigarros e suas matrizes no exterior a ressarcirem os gastos da rede pública de saúde com tratamentos de doenças causadas pelo tabaco nos últimos cinco anos. O valor a ser ressarcido ainda será calculado, caso a sentença seja favorável à União.

Na ação civil pública que protocolou, na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, a AGU cobra o ressarcimento dos gastos da União com o tratamento de pacientes com 26 doenças cujo nexos causal epidemiológico com o consumo ou simples contato com a fumaça dos cigarros está cientificamente comprovada.

Os alvos da ação são a Souza Cruz (BAT) e a Philip Morris e suas controladoras internacionais. Juntos, os dois grupos detêm aproximadamente 90% do mercado nacional de fabricação e comércio de cigarros. No caso de câncer de pulmão, por exemplo, há estudos que, segundo a AGU, atestam que 90% da incidência da doença é consequência do uso do cigarro.

Fonte: The Guardian – Edição: SE-Conicq

<https://www.theguardian.com/business/2019/apr/30/tobacco-firm-bat-costs-developing-countries-700m-in-tax>

Amprotabaco apoia cigarro brasileiro na conquista do mercado tabagista

Líderes da entidade têm sugerido que o tabaco brasileiro poderia assumir lugar do cigarro ilegal

A Associação de Municípios Produtores de Tabaco, Amprotabaco, entidade criada em 2014 pelo então Prefeito de Santa Cruz do Sul, Telmo Kirst, para atuar no fortalecimento da produção de tabaco no país, e posterior exportação, vem considerando a possibilidade do tabaco brasileiro abastecer o mercado de cigarros no país em substituição aos cigarros ilegais.

A sugestão, ainda que de maneira indireta, foi feita pelo tesoureiro da Amprotabaco e Prefeito de Venâncio Aires, Giovani Wickert, durante a Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, promovida pela Senadora Leila Barros (PSB-DF), relatora do PLS 769/2015, de José Serra (PSDB-SP), que visa conter a demanda de tabaco no Brasil, relacionada à publicidade de cigarros, exposta nas embalagens, e à importação e comercialização de produtos de tabaco com aditivos.

No fim da audiência, ao replicar a representante da Aliança de Controle de Tabagismo, Ticiane Imbroisi, sobre arrecadação e investimentos contra o tabagismo, Wickert projetou em cima dos números de cigarros ilegais consumidos no país.

“Poderíamos estar arrecadando em torno de 28 bilhões se não fosse o contrabando, que daria uma excelente arrecadação entre o equilíbrio da receita e da despesa”, estimou.

Com estimativa de consumo entre 48% e 54% entre os tabagistas brasileiros, o cigarro ilegal, sobretudo o contrabandeado, está na mira da cadeia produtiva do tabaco para suprir a perda de receita no mercado europeu – 2% a 3% - sobretudo na Europa.

Em março, durante Audiência Pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que debatia o PLS 769/2015, o membro da Diretoria da Amprotabaco, ex-Prefeito de Dom Feliciano, Dalvi Soares, também defendeu o consumo do tabaco brasileiro pela população como maneira de conter o contrabando de cigarros.

Fonte: Senado – Edição: SE-Conicq

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124339>

Japan Tobacco (JTI) implanta centro de distribuição em município do Mato Grosso do Sul

Apostando na localização estratégica de Nova Andradina, localizada a 300 quilômetros da capital Mato Grosso do Sul, a *Japan Tobacco International* (JTI), 3ª maior fabricante de cigarros do Brasil, implantou na cidade sua central de distribuição para o todo o Brasil.

A multinacional, que inaugurou sua primeira fábrica na América do Sul em setembro de 2018, decidiu pelo município sul-mato-grossense, após estudos para a expansão dos negócios da empresa com o restante do país.

Em visita à central distribuidora da JTI, o prefeito Gilberto Garcia revelou os detalhes que influenciaram na escolha.

“Nossa cidade está localizada no encontro das três regiões mais ricas e desenvolvidas do Brasil (Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Além desta localização favorável, representamos hoje uma nova fronteira agrícola em plena expansão. Por isso, o aeroporto municipal é a nossa meta prioritária, pois será mais um ponto importantíssimo no convencimento dos empresários de que vale a pena investir no potencial socioeconômico de Nova Andradina”, ressaltou Garcia.

Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai, é um dos maiores corredores de entrada e distribuição de cigarros contrabandeados, que seguem para outros estados e em muitos casos para conexões internacionais. As rodovias e estradas de Mato Grosso do Sul são responsáveis pelo abastecimento de quase a metade do mercado brasileiro de cigarros.

Fonte: Nova News – Edição: SE-Conicq

<https://www.novanews.com.br/noticias/cidades/multinacional-opera-em-nova-andradina-com-centro-de-distribuicao-para-todo-o-pais>

Cigarro eletrônico e produção africana de tabaco assustam Afubra e entidades rurais

Além das políticas incentivadas pela CQCT, de ação interna, como as embalagens padronizadas de produtos de tabaco e a proibição de aditivos nos cigarros, fatores externos têm deixado preocupados os dirigentes da Associação dos Fumicultores do Brasil, Afubra.

A primeira: a redução do consumo de cigarro tradicional na Europa, estimado em 3%, principal mercado das exportações de tabaco em folhas, e a segunda: o crescimento da produção de tabaco africano, principalmente no Zimbábwe.

A declaração foi dada à Rádio Afubra pelo Presidente da entidade, Benício Werner, e reafirma estimativas elaboradas pela Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA) desde 2014, e reafirmada durante os congressos Internacionais bianuais realizados em Santa Cruz do Sul.

Para se contrapor aos dois obstáculos, a entidade, apoiada por outras sete associações sindicais rurais, tem insistido na redução da área plantada. Quanto ao cigarro eletrônico, Werner esclarece:

“Na verdade, a gente sempre está falando na diminuição de produção de tabaco baseado no consumo de cigarro, e está caindo muito o cigarro tradicional, e o avanço do cigarro eletrônico. E tem que ser considerado duas questões. Um, é nicotina líquida, que não interessa a nós produtoras. E a outra, o aquece mas não queima, porém utiliza muito menos tabaco”.

Quanto aos países produtores de tabaco na África, o Presidente da Afubra, se mostrou ainda mais preocupado.

“O inconstante aumento na produção de tabaco na África de modo geral. E aí, se menciona um produtor de Virgínia, o Zimbábue, que sempre foi um concorrente para o Brasil por duas questões, produz um fumo de qualidade e de menor preço”, explicou Werner.

Fonte: Rádio Afubra – Edição: SE-Conicq

<https://afubra.com.br/content/blog/11185/audio/blognewnedjkfghprogramadaafubra25052019.mp3>

Declínio do tabaco tradicional leva municípios e agricultores a buscarem alternativas econômicas

No início de maio, Venâncio Aires, segundo maior município produtor de tabaco, inaugurou uma Unidade da Cooperativa Languiru, segunda maior em produção no Estado do Rio Grande do Sul, que atua nos segmentos de aves, suínos, embutidos, laticínios e rações.

Em Venâncio Aires, a Cooperativa atuará no setor de Grãos. O coordenador da Languiru, Gilson Hollmann, destacou a aproximação da cooperativa com os produtores e sua inserção na comunidade.

“Antes os agricultores precisavam se deslocar até outras unidades da Languiru, mas hoje estamos mais próximos. A Unidade de Recebimento de Grãos traz comodidade para associados e produtores de Venâncio Aires e de municípios vizinhos, que podem comercializar sua produção diretamente com a cooperativa. A partir daqui esperamos alçar voos ainda mais altos.”, declarou Hollmann.

O prefeito de Venâncio Aires, Giovane Wickert, qualificou a atração de novos empreendimentos.

“Os municípios precisam se reinventar, e não há nada melhor que movimentar a economia com o apoio do cooperativismo”, explicou o prefeito.

O deputado federal e representante da Frente Nacional do Cooperativismo, Heitor Schuch, parabenizou a Languiru por acreditar no potencial de Venâncio Aires. Igualmente falou da importância da diversificação da economia.

“Há 20 anos, 72% da economia da região girava em torno do tabaco. Hoje, esse percentual reduziu para 53%. Juntos temos muito a evoluir, até pelo fato de que se o agricultor não planta, a cidade não almoça e não janta.”

Fonte: O Regional PR – Edição: SE-Conicq

<http://www.informativo.com.br/geral/languiru-inaugura-unidade-de-recebimento-de-graos-,298441.jhtml>

<http://oregionalpr.com.br/2019/03/apos-safra-dificil-venda-do-tabaco-tambem-preocupa-os-fumicultores/>

TABACO ILÍCITO

Ministério Público do Paraguai deflagra operação contra corrupção em alfândega Empresários e jornalistas envolvidos no contrabando de cigarros

Taxas de suborno nos postos da alfândega, dinheiro vivo aos membros do esquema e contrabando de cigarros são parte da investigação contra o ex-chefe do Departamento Aduaneiro de Vigilância Especializada (DETAVE).

Apoiada pelo Judiciário, a operação liderada pelos promotores Josefina Fernandez e René Aghemo, da Unidade Especializada em Crimes Econômicos e corrupção, desarticulou o esquema.

Após a diligência, os investigadores revelaram mais detalhes da estrutura criminoso. Quanto ao tabaco, Fernandez disse que o Ministério Público já tem nomes de empresários e jornalistas que recebiam dinheiro do esquema.

“Se há um funcionário que receba, do outro lado há pessoas que oferecem esse suborno. Tudo isso faz parte da investigação e ainda estamos em um estado preliminar”, disse o promotor. Segundo o Promotor, a quantia semanal fixa distribuída passava dos R\$ 150 mil semanais.

O juiz de instrução Jose Delmas decretou a prisão do grupo envolvido.

Fonte: ABC – Edição: SE-Conicq

<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/judiciales-y-policiales/coimas-fijas-giros-de-dinero-y-hasta-soborno-de-contrabando-de-cigarrillos-1809238.html>

Um ano após ratificação, comitê do Protocolo do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco não saiu do papel

Passados um ano da ratificação do Protocolo do Comércio ilícito de produtos de tabaco, ocorrido em 24 de maio de 2018, a Casa Civil, órgão que presidirá o Comitê,

não se manifestou até o momento sobre quando irá funcionar, e a futura composição do colegiado após a reforma ministerial, que fundiu e eliminou ministérios.

O Decreto 9.517, de 1 de outubro de 2018, que institui o Comitê, determinou como integrantes, o Ministério da Justiça, Ministério da Segurança Pública, Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Advocacia-Geral da União; e Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O Decreto estabeleceu que a Secretaria-Executiva será exercida pela Casa Civil, órgão estratégico na concretização do Protocolo, com o poder de planejar reuniões, executar cronogramas de ação, além editar normas complementares, e prestar apoio técnico e administrativo e os meios necessários à execução das atividades do Comitê.

Fonte: SE-Conicq

http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/43462087/do1-2018-10-02-decreto-n-9-517-de-1-de-outubro-de-2018-43461948

CIGARRO ELETRÔNICO

Presidente da Philip Morris Europeia divulga estratégia da empresa, e perspectivas do cigarro eletrônico

Em entrevista ao jornal argentino Clárin, o Presidente da PMI Europeia, o belga Frederic de Wilde, expôs os números da empresa, a estratégia para redução do cigarro tradicional, os investimentos em cigarro eletrônico, perspectivas de crescimento de um mercado estimado em 1 bilhão de consumidores, e as críticas ao retorno da marca PMI à Fórmula 1.

A reforma da PMI se iniciou pelo vocabulário: agora o dispositivo é *heet* em vez de cigarro; calor em vez de queimar; vapor em vez de fumar e consumir em vez de fumar, e o tabaco como único termo que permanece inalterado.

Wilde informou que a PMI investe hoje US\$ 6 bilhões, e que mais de 7,3 milhões “consumidores” já adotaram o novo produto em 47 mercados, entre os quais a Argentina, e que a autorização do Ministério da Saúde dos EUA, através do FDA, para a venda do Dispositivo Eletrônico para Fumar (DEF), no caso, o IQOS, nos Estados Unidos, influenciará ainda mais o mercado global.

Quando ao cigarro tradicional, hoje a PMI produz 800 bilhões de cigarros por ano, e possui 150 milhões de consumidores em mais de 180 mercados, com lucro líquido de US\$ 30 bilhões por ano, dos quais o IQOS representou 12% a 13% em 2017.

- *Você disse que quer parar de vender cigarros. Quais são os prazos para esse objetivo?*

É uma empresa que tem muito sucesso vendendo seus produtos e com bons benefícios, e de repente diz “vamos investir em uma solução para os fumantes”. Nós fizemos uma jornada de 15 anos, desde que a ideia começou. Temos quatro plataformas, mas a mais conhecida é a IQOS.

- *Por que a mudança?*

Vendemos, seguindo a lei e com ética, um produto que causa danos. De repente, depois de 15 anos, temos uma solução para todos os fumantes do mundo. Se realmente podemos conversar com as pessoas, isso pode ser uma das maiores mudanças na saúde pública do mundo. Se tivermos essa solução, temos que ir com determinação. Gostaríamos de parar de vender cigarros no futuro; mas, acima de tudo, gostaríamos que as pessoas parassem de comprar cigarros.

- *Quanto você vai continuar investindo neste produto e o quanto isso afeta o faturamento da empresa?*

A maioria dos esforços de investimento da empresa estão no IQOS. Em 2017, gerou 12% ou 13% do lucro líquido. Não é ruim. Também temos nossos objetivos de crescimento de curto prazo; tudo depende dos esforços que fazemos, mas também das políticas regulatórias de cada governo.

- *Os heets têm menos impostos e mais margem que os cigarros?*

Depende dos países. Este é um produto igual ao nível de tributação e com uma margem semelhante, mas alguns governos reconheceram que um produto com potencial para ter menos risco deve ter uma diferenciação fiscal. Há 17 países na Europa que criaram uma categoria tributária especial para esses produtos, o que é positivo. Em muitos outros países, estamos no mesmo nível do produto de combustível menos caro. Mas os *heets* têm menos tabaco, porque menos tabaco é necessário para gerar esse *spray*, porque você não precisa queimá-lo. Então, porque você tem menos peso, você tem menos impostos.

- *Como está o negócio dos cigarros?*

Na Europa, diminuiu entre 2% e 3% desde há alguns anos. No mundo também diminuiu, mas menos.

- *Como isso afetou o PMI?*

As possíveis soluções foram para enfrentar isso tirando participação de mercado de seus concorrentes, ou tentando manter um portfólio de produtos *premium* com determinados preços e margens associadas, ou, finalmente, tomar o caminho de mudar pessoas, indo para novos produtos. que para nós é o futuro.

- *O cigarro vai desaparecer?*

Não sei. Talvez leve tempo e certamente alguns fumantes terão dificuldades para mudar seus hábitos. Mas o que vemos nos mercados onde já lançamos o IQOS é que é viável. Em algumas comunidades, vemos mais reação.

- *Em países como a Argentina, onde não é vendido, qual o caminho para desembarcar?*

Cada mercado tem sua especificidade, mas se eu traçar um paralelo com a Europa, acho que a primeira coisa é ter um ambiente regulatório que permita lançar o produto.

Não apenas a liberdade de comunicação, mas também precisamos conversar diretamente com as pessoas. Em segundo lugar, precisamos de uma classificação fiscal, enquadrada no tipo de produto que vamos vender. Com isso, podemos lançar em muitas regiões geográficas.

- *Este ano a empresa voltou à Fórmula 1 com o conceito de Missão Winnow e gerou polêmica. Por que eles fizeram isso?*

Não há marca lá. É a intenção de uma empresa mostrar que está mudando: precisamos de inovação e estamos compartilhando com nossos parceiros de décadas atrás. Cada empresa tem o direito de celebrar que encontrou uma solução para seus produtos. Nós temos um link com a Ferrari há décadas. Durante muito tempo não havia marca no carro e continuamos com eles porque eles nos inspiram, eles nos ajudam. Nós não queremos gerar controvérsias.

- Você está explorando algum outro negócio fora do tabaco?

Não é nossa prioridade. Com um potencial de 1 bilhão de consumidores no mundo, acredito que temos o dever de fazer as pessoas saberem que esses produtos existem, que podem experimentá-los e, então, fazer sua própria escolha.

- Que foco você coloca nas marcas tradicionais hoje?

Há pessoas dedicadas, mas muito menos do que antes e com muito menos investimento. Eu acho que ao lançar o IQOS, colocamos 90% do nosso investimento nisso. É que precisamos de tamanho.

Fonte: La Nacion – Edição: SE-Conicq

<https://www.lanacion.com.ar/economia/sin-titulo-nid2245386>

MUNDO SEM TABACO

Argentina apresenta novas advertências nas embalagens de produtos de tabaco **Ministério da Saúde apoia ratificação da CQCT**

A partir de outubro, a população argentina terá acesso às embalagens de cigarros com novas advertências sobre os danos causados pelo consumo e exposição ao fumo passivo, ao meio ambiente e à renda dos tabagistas e suas famílias. Esta é a quarta atualização das advertências visando à conscientização e sensibilização de adultos fumantes e jovens.

As advertências foram preparadas pela Direção Nacional de Prevenção e Controle da Saúde de Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Pela primeira vez, a produção foi inteiramente realizada pelo Ministério da Saúde em colaboração com referências dos Programas de Controle do Tabaco das 24 jurisdições do país.

Segundo o Ministério da Saúde, as “imagens chocantes que refletem os danos à saúde combinadas com textos são mais eficazes do que as advertências com frases, pois atraem mais atenção, geram maior efeito cognitivo e reações emocionais negativas que favorecem tentativas de parar fumar e reduzem o incentivo à iniciação”.

A eficácia destas advertências de saúde, juntamente com medidas desenvolvidas pelo Programa Nacional de Controle de Tabaco, pode ser refletida em dados recentes fornecidos pela Pesquisa 4ª Exposição Nacional de Fatores de Risco, que revelaram uma queda de três pontos percentuais entre 2013 e 2018 (de 25,1% para 22,2%) entre tabagistas, confirmando a redução observada no país e na região.

“Temos melhorado muito, mas estamos longe do ideal. Permanecemos sendo um dos países com maior prevalência do tabagismo na região”, acrescentou o secretário de Saúde Adolfo Rubinstein, que observou que ainda que este número deve cair para pelo menos metade.

Segundo dados do ENFR, um em cada cinco adultos fuma. No país, 44 mil pessoas morrem a cada ano por doenças relacionadas ao tabaco.

Embora a lei nacional de controle do tabaco esteja em vigor desde 2011, 21,8% da população adulta está exposta ao fumo passivo em ambientes fechados, trabalho e 21,5% em bares e restaurantes. A pesquisa também mostrou que o uso de cigarros eletrônicos no país, que não é autorizado no país é muito baixo: apenas 1,1% dos adultos o utilizam.

Outro motivo de preocupação é a idade de início: as crianças começam a fumar aos 12 anos em média, e 1 em cada 5 jovens entre 13 e 15 anos fumam.

As autoridades de saúde também apontam que, em linha com a tendência global, o consumo está mudando de homens para as mulheres e de níveis socioeconômicos mais baixos, por isso observa-se um crescimento sustentado da mortalidade feminina por câncer de pulmão e 25 % de maior consumo relativo em adolescentes de população vulnerável em relação aos de alta renda.

O Ministério da Saúde também pretende apoiar a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco. É o único país da região que ainda não assinou o tratado, cuja ratificação está pendente no Congresso Nacional.

Fonte: El Clarin – Edição: SE-Conicq

https://www.clarin.com/buena-vida/nuevas-advertencias-paquetes-cigarrillos_0_41tlio53s.html

Senado do Paraguai rejeita aumento de imposto alegando crescimento do contrabando

País arrecada US\$ 70 milhões e gasta US\$ 300 milhões em tratamento

Com taxação atual de 18% a 24%, o Senado do Paraguai rejeitou o aumento do imposto sobre os produtos de tabaco entre 30% a 40%. A proposta de ter uma taxa para cada embalagem também foi derrotada. Dois 41 senadores, 24 votaram contra a iniciativa.

O reajuste foi apoiado pelo Ministério das Finanças do Paraguai, após estudos, e encampado por senadores da Frente Guasu, Carlos Filizzola, Jorge Querey, Esperanza Martinez, Fernando Lugo, Sixto Pereira, Hugo Richer; do Partido Democrático Progressista, Desirée Masi, Pedro Arthuro Santa Cruz e PLRA, Víctor Ríos.

Segundo o gerente da Tabesa, produtora de cigarros, José Ortiz, o consumidor passaria a substituir a mercadoria legal pelo ilegal.

“Nossa empresa contribuiu menos para o Tesouro no último trimestre devido à queda nas vendas, que é da ordem de 9%”, confirmou Ortiz em entrevista à Radio.

O ministro da Saúde, Julio Mazzoleni, insistiu na necessidade de aumentar os impostos sobre o tabaco.

“Hoje o Estado paraguaio arrecada 70 milhões de dólares através da indústria do tabaco, mas gasta 300 milhões de dólares em saúde”, criticou.

Fonte: La Nacion/ABC – Edição: SE-Conicq

<https://www.hoy.com.py/nacionales/aumentar-impuesto-al-tabaco-solo-fomentara-ilegalidad-aseguran>

Em Portugal, sociedades médicas se unem contra tabaco aquecido Philip Morris informa que 200 mil portugueses consomem o produto

Depois de 12 sociedades médicas e científicas divulgaram um documento contra o tabaco aquecido em que alertam de forma incisiva para os riscos destes novos produtos, a Philip Morris reagiu informando que existem 200 mil utilizadores dos DEFs, que comercializa em Portugal desde 2015.

São pessoas que “deixaram de fumar” a “um ritmo que antes nunca fora alcançado pelas políticas tradicionais”, argumenta a subsidiária da *Philip Morris International* em Portugal.

Referidos pela indústria como “aquece, mas não queima”, as sociedades portuguesas de cardiologia, de medicina interna, pneumologia, oncologia e de pediatria, se juntaram às associações de médicos de saúde pública e de família, entre outras, e tornaram pública a sua preocupação com “o surgimento de novos produtos de tabaco aquecido” e com “as alegações da indústria sobre o ‘risco reduzido’ destes dispositivos”.

O uso do tabaco aquecido, entendem, “imita o comportamento dos tabagistas de cigarro tradicional, podendo haver o risco de alterarem o seu consumo para estes novos produtos em vez de tentarem parar de fumar”, prosseguem.

Neste contexto, são “uma tentação para não fumantes e menores de idade iniciarem os seus hábitos tabágicos”, dizem, notando que o uso destes produtos está tendo um “crescimento exponencial” entre jovens.

Admitindo que a melhor opção se encontra sempre do lado da prevenção e da cessação do consumo, a Philip Morris enfatiza que há “inúmeras pessoas que não querem deixar de fumar ou que, após inúmeras tentativas, não conseguem deixar de fumar”. E é para estes fumantes que o tabaco aquecido é “uma melhor alternativa”, apesar de não ser “um produto inócuo ou isento de riscos”.

A empresa alega ainda que há “mais de 20 estudos independentes e de organismos oficiais que confirmam que o tabaco aquecido constitui uma melhor alternativa do que os cigarros para os tabagistas que não querem ou não conseguem deixar de fumar”.

Fonte: Publico – Edição: SE-Conicq

<https://www.publico.pt/2019/04/02/sociedade/noticia/tabaqueira-ja-ha-200-mil-utilizadores-tabaco-aquecido-portugal-1867782>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Redação: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Daniel Martins, Felipe Mendes, Renata Pereira, Tânia Cavalcante.

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA